

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1407/2019-PGJ, DE 24.4.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 23ª Zona Eleitoral, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e férias do titular, Felipe Almeida Marques, conforme o quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	30.4, 2 e 3.5.2019
George Zarour Cezar	4 a 14.5.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1418/2019-PGJ, DE 25.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4.826/2018, de 5.12.2018, da Prefeitura de Brasilândia, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 26.4.2019, em razão das comemorações do aniversário da cidade de Brasilândia (25.4.2019);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0004/2019 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Brasilândia no dia 26.4.2019,

R E S O L V E :

Declarar ponto facultativo o dia 26.4.2019, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Brasilândia, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1421/2019-PGJ, DE 25.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1320/2019-PGJ, de 15.4.2019, que designou o Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues para auxiliar nos trabalhos da correição ordinária nas unidades do Ministério Público no interior do Estado de São Paulo, de forma que, onde consta: “6 a 10.5.2019”; passe a constar: “6 a 9.5.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1433/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de serviço requerida pelo Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo, correspondente aos períodos de 27.4.1987 a 24.4.1989, ou seja, 2 (dois) anos e 4 (quatro) dias, de tempo de exercício da atividade de estagiário, e de 25.4.1989 a 1º.8.1990, ou seja, 1 (um) ano, 3 (três) meses e 9 (nove) dias, como advogado, para fins de aposentadoria e disponibilidade, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1402268-08.2018.8.12.0000/50001.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1420/2019-PGJ, DE 25.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 1376/2019-PGJ, de 23.4.2019, que convocou membros para participarem do *workshop* “Qualidade de vida no trabalho: Problemas e desafios”:

- Andréia Cristina Peres da Silva
- Antenor Ferreira de Rezende Neto
- Antonio André David Medeiros
- Clovis Amauri Smaniotto
- Felipe Almeida Marques
- Jiskia Sandri Trentin
- Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya
- Luiz Gustavo Camacho Terçariol
- Marcos Martins de Brito
- Michel Maesano Mancuelho
- Paulo César Zeni
- Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1417/2019-PGJ, DE 25.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: DEPARTAMENTO DE APOIO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Suellen Ribeiro Dias	Técnico II/Administrativa	23.4.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 09/2019/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63, c/c art. 77, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **primeira entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **promoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema, segunda entrância**.

Campo Grande, 26 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 10/CGMP/2019**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o **Corregedor-Geral do Ministério Público** realizará **visita correcional** nas Promotorias de Justiça conforme abaixo:

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
14 e 15.5.2019	1ª PJ Camapuã
14 e 15.5.2019	2ª PJ Camapuã
14 e 15.5.2019	1ª PJ Costa Rica
14 e 15.5.2019	2ª PJ Costa Rica

Campo Grande, 24 de abril de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

AVISO N. 11/CGMP/2019

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, **cujos procedimentos correcionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso**:

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
29ªPJ Campo Grande
30ªPJ Campo Grande
31ªPJ Campo Grande
49ªPJ Campo Grande
26ªPJ Campo Grande
34ªPJ Campo Grande
42ªPJ Campo Grande
27ªPJ Campo Grande
28ªPJ Campo Grande
33ªPJ Campo Grande
46ªPJ Campo Grande
25ªPJ Campo Grande
43ªPJ Campo Grande
32ªPJ Campo Grande
44ªPJ Campo Grande
67ªPJ Campo Grande
PJ Anastácio
1ªPJ Aquidauana
2ªPJ Aquidauana
3ªPJ Aquidauana

O procedimento correicional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correicionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 24 de abril de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/0446/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Biana Karina Barros da Costa.

Donatário FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE MS – FERTEL-MS, representado pelo Diretor Presidente – João Bosco de Castro Martins.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Poltrona fixa: 02 unidades

Mesa de madeira: 02 unidades

Mesa de centro: 01 unidade

Armário alto: 01 unidade

Gaveteiro volante: 01 unidade

Longarina: 01 unidade

Cadeira giratória: 01 unidade

Poltrona giratória: 03 unidades
Suporte CPU: 20 unidades
Aparelho esterilizador: 01 unidade
Tapete: 02 unidades
Nobreak: 04 unidades
Banco de aço: 02 unidades
Umidificador: 01 unidade
Expositor MDF: 30 unidades
Data: 21.02.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/0273/2018 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário DIRETORIA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA – POLÍCIA MILITAR DE CAMPO GRANDE representado pelo Coronel – José Alves das Neves.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Calculadora: 01 unidade
Armário: 41 unidades
Guilhotina para cortar papéis: 03 unidades
Aparelho de ar condicionado: 32 unidades
Arquivo de aço: 03 unidades
Estante de aço: 02 unidades
Plastificadora: 01 unidade
Aparelho telefônico: 49 unidades
Impressoras: 44 unidades
Mesas de escritório: 13 unidades
Balcão de aço: 01 unidade
Cadeiras: 34 unidades
Aspirador de pó: 01 unidade
Mini identificador de chamadas: 01 unidades
Bebedouro: 08 unidades
Furadeira: 01 unidade
Estação de trabalho: 04 unidades
Poltronas: 35 unidades
Quadro feltro verde: 02 unidades
Aparelho identificador de chamadas: 08 unidades
Espelho para banheiro: 01 unidade
Apoio para pés: 02 unidades
Longarina: 01 unidade
Mapa do Estado de MS: 01 unidade
Relógio de parede: 01 unidade
Aparelho Scanner: 02 unidades
Máquina fotográfica: 03 unidades
CD ROM: 01 unidade
Fragmentadora de papel: 03 unidades
Martelo perfurador: 01 unidade
Quadro branco: 04 unidades
Lousa branca: 01 unidade
Perfuradora para encadernação: 02 unidades
Gaveteiro: 08 unidades
Furadeira de impacto profissional: 01 unidades
Monitor: 43 unidades

Rádio Talk About: 03 unidades
Notebook: 04 unidades
Telefone celular: 01 unidade
Microcomputador: 48 unidades
Leitor ótico de código de barras: 05 unidades
Suporte para CPU e No-Break: 26 unidades
Aparelho esterilizador de ar: 02 unidades
Forno de micro-ondas: 01 unidade
No Break: 104 unidades
Umidificador: 23 unidades
Fone de ouvido: 03 unidades
Projetor de multimídia: 03 unidades
Ventiladores: 03 unidades
Lavadora de alta pressão: 01 unidade
Central telefônica PABX: 01 unidade
Grampeador elétrico: 01 unidade
Cavalete Flip Chart: 01 unidade
Persiana: 06 unidades
Cafeteira industrial: 01 unidade
Kit com 2 caixas de som multimídia: 02 unidades
Serra mármore: 01 unidade
Refrigerador: 02 unidades
Hidrolavadora: 01 unidade
Aparelho Fac-Simile: 02 unidades
Impressora de etiquetas: 05 unidades
Aparelho de fax: 04 unidades
Data: 13.12.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.
Donatário CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO VERDE/MS, representado pela Coordenadora – Thays Marcondes de Oliveira.
Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ
Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social
Quantitativo de Materiais doados:
Microcomputador: 03 unidades
Data: 21.11.2016.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.
Donatário LAR DO IDOSO DE RIO VERDE/MS, representado pela Coordenadora – Joseri de Jesus Fernandes.
Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ
Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social
Quantitativo de Materiais doados:
Microcomputador: 01 unidade
Data: 21.11.2016.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/0738/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER, DE DOURADOS/MS, representado pela Delegada – Paula Ribeiro dos Santos.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Monitor: 05 unidades

Impressora: 03 unidades

Microcomputador/CPU: 05 unidades

Scanner: 03 unidades

Data: 25.02.2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001849 DE 24.04.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1657/2019.**

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 9/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio, (item 3) e cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio, (item 5).

Valor: R\$ 1.065,00 (um mil e sessenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001849 de 24.04.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001851 DE 24.04.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1636/2019.

Credor: COMERCIAL S.B.S. EIRELI - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 29/PGJ/2018 - Ata Registro de Preços nº 07/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de painel divisória naval, miolo tipo colmeia, medindo 1,20m x 2,11m, espessura de 3,5cm. Cores diversas: Areia Jundiá e Cinza Cristal, (item 1); porta para divisória, medindo 211cm x 82cm (A x L) e 35mm de espessura (tamanho padrão), incluindo o fornecimento de fechadura cilíndrica, batentes, requadro (testeira) e dobradiças metálicas (3 unidades). Cores diversas: Areia Jundiá e Cinza Cristal. Marca: EUCATEX, (item 2); perfil metálico "H" para painel de divisória, medindo 1,18m, na cor preta ou cinza. Marca: EUCATEX, (item 3); perfil metálico "H" para painel de divisória, medindo de 3,00m, na cor preta ou cinza. Marca: EUCATEX, (item 4); perfil metálico "U" para painel de divisória, medindo 3,00m, na cor preta ou cinza. Marca: EUCATEX, (item 5) e fechadura para porta de divisória, com as seguintes características mínimas: maçanetas e espelhos em aço, mecanismos em aço galvanizado, cilíndrica, broca de 90mm, cor preta ou cromada, com no mínimo 2 (duas) chaves. Marca: GOLD, (item 11).

Valor total: R\$ 2.374,60 (dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001851 de 24.04.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE PENALIDADE POR DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO**Intimada: VALDIR SILVA JUNIOR-ME****Processo nº PGJ/10/3366/2018****Nota de Empenho nº 2018NE004506**

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **VALDIR SILVA JUNIOR-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.745.614/0001-19, com sede na Rua Constâncio Barbosa, nº 1046, São Sebastião, CEP: 79.180-000, Ribas do Rio Pardo/MS, neste ato representada por **Valdir Silva Junior**, do teor da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 59-63, do Processo nº PGJ/10/3366/2018, cujo dispositivo é o que segue, para **oferecer recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e no artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993: “(...) *Destarte, acolhendo a fundamentação do parecer jurídico e o relatório do gestor e fiscal da contratação, APLICO as sanções de **MULTA MORATÓRIA DE 10% sobre o valor total da Nota de Empenho nº 2018NE004506 (8.1.2. – ARP 01/PGJ/2018) E MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% sobre o valor total do item registrado (8.1.4 – ARP 01/PGJ/2018)** à empresa VALDIR SILVA JUNIOR-ME, pelo descumprimento dos subitens 4.2, 4.3, 4.7 e 4.11, da Ata de Registro de Preços nº 01/PGJ/2018, e com fulcro no item 4.11 da referida Ata combinado com os artigos 66, 86 e 87, inciso II, da Lei nº 8.666/83. No que tange ao cancelamento do registro, em que pese estar amparado pela Cláusula Sétima, subitem 7.1. da Ata, verifico que neste momento tal medida terá pouca ou nenhuma utilidade, uma vez que o prazo de validade da Ata de Registro de Preços está em vias de se expirar (em 03 de abril de 2019), eis que de acordo com a Cláusula Segunda, subitem 2.1, “os preços registrados por força deste instrumento terão validade por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS) – que se deu em 03 de abril de 2018, conforme DOMPMS nº 1.704”. Assim, **DETERMINO** a remessa dos autos à Secretaria de Administração para providenciar a intimação da empresa **Valdir Silva Junior-ME** dessa decisão, tanto por meio pessoal, quanto por meio de publicação no Diário Oficial do Ministério Público (extrato de penalidade), concedendo-lhe o prazo para oferecimento de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93, bem como notificando-a para que proceda ao recolhimento do valor referente às multas aplicadas. Após, retornem conclusos para que, seguindo os preceitos da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seja incluído o registro da penalidade aplicada no SICAF-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, bem como para que a empresa seja comunicada deste registro.” INTIMA-SE, ainda, a **adimplir voluntariamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta, a sanção de multa moratória aplicada no patamar de 10% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho nº 2018NE004506 correspondendo ao valor de R\$ 108,78 (cento e oito reais e setenta e oito centavos); bem como a sanção de multa compensatória aplicada no patamar de 30% (trinta por cento) sobre o valor do item registrado e empenhado correspondendo ao valor de R\$ 326,33 (trezentos e vinte e seis reais e trinta e três centavos), **perfazendo o valor total a ser pago de R\$ 435,11 (quatrocentos e trinta e cinco reais e onze centavos. O valor total de R\$ 435,11 (quatrocentos e trinta e cinco reais e onze centavos) deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação, na seguinte conta bancária: Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente: 50.120-4; CNPJ: 03.464.870/0001-00 - Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa.** Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/3366/2018 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h. Além disso, o Processo nº PGJ/10/3366/2018 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988.*

EXTRATO DE PENALIDADE POR DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO**Intimada: VALDIR SILVA JUNIOR-ME****Processo nº PGJ/10/3721/2018****Nota de Empenho nº 2018NE005075**

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **VALDIR SILVA JUNIOR-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.745.614/0001-19, com sede na Rua Constâncio Barbosa, nº 1046, São Sebastião, CEP: 79.180-000, Ribas do Rio Pardo/MS, neste ato representada por **Valdir Silva Junior**, do teor da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 61-66, do Processo nº PGJ/10/3721/2018, cujo dispositivo é o que segue, para **oferecer recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e no artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993: “ (...) *Destarte, acolhendo a fundamentação do parecer jurídico e o relatório do gestor e fiscal da contratação, APLICO as sanções de **MULTA MORATÓRIA DE 10% sobre o valor total da Nota de Empenho nº 2018NE005075 (8.1.2. – ARP 01/PGJ/2018) E MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% sobre o valor total dos itens registrados, quais sejam, itens 2, 4, 6 e 7 (8.1.4 – ARP 01/PGJ/2018) à empresa VALDIR SILVA JUNIOR-ME, pelo descumprimento dos subitens 4.2, 4.3, 4.8 e 5.2 c/c 5.2.1., da Ata de Registro de Preços nº 01/PGJ/2018, e com fulcro no item 4.11 da referida Ata combinado com os artigos 66, 86 e 87, inciso II, da Lei nº 8.666/83. No que tange ao cancelamento do registro, em que pese estar amparado pela Cláusula Sétima, subitem 7.1. da Ata, verifico que neste momento tal medida terá pouca ou nenhuma utilidade, uma vez que o prazo de validade da Ata de Registro de Preços está em vias de se expirar (em 03 de abril de 2019), eis que de acordo com a Cláusula Segunda, subitem 2.1, “os preços registrados por força deste instrumento terão validade por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS) – que se deu em 03 de abril de 2018, conforme DOMPMS nº 1.704”.*** Assim, **DETERMINO** a remessa dos autos à Secretaria de Administração para providenciar a intimação da empresa **Valdir Silva Junior-ME** dessa decisão, tanto por meio pessoal, quanto por meio de publicação no Diário Oficial do Ministério Público (extrato de penalidade), concedendo-lhe o prazo para oferecimento de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93, bem como notificando-a para que proceda ao recolhimento do valor referente às multas aplicadas. Após, retornem conclusos para que, seguindo os preceitos da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seja incluído o registro da penalidade aplicada no SICAF-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, bem como para que a empresa seja comunicada deste registro.” **INTIMA-SE**, ainda, a **adimplir voluntariamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação, a sanção de multa moratória aplicada no patamar de 10% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da Nota de Empenho nº 2018NE005075 correspondendo ao valor de R\$ 40,69 (quarenta reais e sessenta e nove centavos); bem como a sanção de multa compensatória aplicada no patamar de 30% (trinta por cento) sobre o valor total dos itens registrados, quais sejam, itens 2, 4, 6 e 7, correspondendo ao valor de R\$ 122,07 (cento e vinte e dois reais e sete centavos), **perfazendo o valor total a ser pago de R\$ 162,76 (cento e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos).** O valor total R\$ R\$ 162,76 (cento e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos) deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação, na seguinte conta bancária: Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente: 50.120-4; CNPJ: 03.464.870/0001-00 - Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/3721/2018 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h. Além disso, o Processo nº PGJ/10/3721/2018 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

EXTRATO DE PENALIDADE POR DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME
Processo nº PGJ/10/1455/2018
Contrato nº 52/PGJ/2018

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **NV Franco Comércio e Serviços de Informática e Climatização Eireli – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.552.012/0001-48, Inscrição Estadual nº 13.697.468-6, com sede na Rua M-5, nº26, Quadra 20, sala 04, Bairro Parque Cuiabá, CEP 78.095-398 sediada em Cuiabá/MT, representada por **Nixon Vieira Franco**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 05459312852 DNT-MT e do CPF/MF nº 013.831.641-42, do teor da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 639-641, do Processo nº PGJ/10/1455/2018, cujo dispositivo é o que segue, para **oferecer recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e no artigo 109, inciso I, alínea “F”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993: “(...) Dessa feita, restando caracterizado o descumprimento de obrigação contratualmente assumida pela empresa contratada (Cláusula Sexta, subitem 6.2.2, do Contrato nº 52/PGJ/2018), bem como diante da gravidade dos fatos aqui apurados, aplico à empresa NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI-ME, com fulcro na Cláusula Nona, itens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.5, do Instrumento Contratual, as penalidades de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos equipamentos que permanecem inoperantes (2 unidades condensadoras – Conforme Relatório de Pendências dos serviços realizados (fls. 581/582) c/c multa por inexecução parcial do objeto de 20% (vinte) por cento sobre o valor global do contrato, bem como a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano. (...) à Secretaria de Administração para providenciar a intimação da empresa **NV Franco Comércio e Serviços de Informática e Climatização Eireli – ME** dessa decisão, tanto por meio pessoal, quanto por meio de publicação no Diário Oficial do Ministério Público (extrato de penalidade), concedendo-lhe o prazo para oferecimento de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93, bem como notificando-a para que proceda ao recolhimento do valor referente às multas aplicadas. Após, retornem conclusos para que, seguindo os preceitos da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seja incluído o registro da penalidade aplicada no SICAF-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, bem como para que a empresa seja comunicada deste registro.”

INTIMA-SE, ainda, a **adimplir no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação, a sanção de multa moratória aplicada no patamar de 10% (um por cento) sobre o valor dos equipamentos não entregues/serviços não executados, correspondendo ao valor de R\$ 1.155,10 (um mil, cento e cinquenta e cinco reais e dez centavos); bem como a sanção de multa compensatória aplicada no patamar de 20% (vinte) por cento sobre o valor global do contrato, correspondendo ao valor de R\$ 17.080,00 (dezessete mil e oitenta reais), **perfazendo o valor total a ser pago de R\$ 18.235,10 (dezoito mil, duzentos e trinta e cinco reais e dez centavos).** O valor total de R\$ 18.235,10 (dezoito mil, duzentos e trinta e cinco reais e dez centavos) deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente: 50.120-4; CNPJ: 03.464.870/0001-00 - Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/1455/2018 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h. Além disso, o Processo nº PGJ/10/1455/2018 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5/PGJ/2019**PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/PGJ/2019-SRP**

DO OBJETO: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de mobiliário (estantes, armários e claviculários), ofertados pela(s) empresa(s) adiante identificada(s), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	<p>Estante de aço - dimensões: 920 x 2000 x 300 mm (LxAxP) (admitindo-se o percentual de 5% para mais ou para menos), desmontável, com 6 prateleiras, travamento nas laterais e no fundo em forma de “X”; cor cinza cristal ou tonalidade a ser definida de acordo com o catálogo de cores do fabricante; chapas em aço carbono laminado ff.rb.ol 1008/1010, com tratamento de superfície, tratamento químico protetivo antiferruginoso à base de fosfato de zinco tricatônico, pintadas com tinta a pó híbrida, com carga eletrostática, sendo 70% epóxi e 30% poliéster, camada de no mínimo 60 micras de tinta, curada em estufa de 200° (graus); 4 (quatro) colunas em perfil “I” medindo: 2000 mm x 30 mm x 30 mm em chapa 16 (1,50 mm), com furação oblonga e oblíqua de 11x8mm nas duas abas, alinhadas no sentido vertical e espaçadas a cada 50 mm; com 6 (seis) prateleiras reforçadas com dobras triplas, frontal e posterior, 1ª dobra com 30 mm; 2ª dobra com 10 mm; 3ª dobra com 5 mm; medindo: 920 x 300 x 30 mm, confeccionadas em chapa 22 (0,75 mm), com 1 (um) reforço ômega com 20mm de largura, chapa 22 (0,75 mm), soldado na parte inferior, para suportar a carga mínima de 105 kg distribuídos uniformemente; 2 carreiras de furação com 17 furos cada, uma na parte superior com diâmetro de 8 mm, para opcionalmente parafusar divisores; com 2 (dois) furos oblongos de 11x8 mm em cada canto, para fixar as prateleiras nas colunas; com 3 (três) furos com 8 mm de diâmetro na parte frontal e posterior da prateleira, para opção de uso de detentores para peças miúdas ou porta etiqueta para identificação dos produtos; 4 (quatro) pares de reforços em “X”, sendo 2 (dois) em cada lateral da estante, fabricados em chapa 16 (1,50 mm), medindo cada vareta 350 x 25 x 2,00 mm, possuindo um furo oblongo de 8,5 x 36 mm em cada extremidade, para fixação dos parafusos com porcas nos perfilados que compõem os pés das estantes; 1 (um) par de reforço em “X” no fundo, fabricado em chapa 16 (1,50 mm), medindo cada vareta 1210 x 25 x 2,00 mm, possuindo um furo oblongo de 8,5 x 36 mm em cada extremidade, para fixação dos parafusos com porcas nos perfilados que compõem os pés das estantes, e um no meio, para parafusar o reforço na parte traseira da estante; 4 sapatas em polipropileno em forma de “I”; todos os parafusos e porcas necessários para a montagem das estantes deverão ser cromados. A estante deverá ser entregue montada pelo fornecedor. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.</p> <p>Marca: Não registrado</p>	Unidade	60	Não registrado
2	<p>Armário Alto com 2 portas - dimensões: 80 x 195 x 43 cm (LxAxP) (admitindo-se o percentual de 5% para mais ou para menos); confeccionado em chapa de aço 22, sem parafusos, rebites ou soldas aparentes nas faces frontal, lateral e superior do armário. Tratamento químico da chapa, fosfatizante e antiferruginoso. Pintura eletrostática pó com camada mínima de 90 micras. Fechamento das portas sobreposto, com a frente do móvel expondo apenas as portas e sapatas. Montagem por meio de rebites. Composto por 1 (uma) base dobrada, unida por meio de rebites a quatro reforços confeccionados em chapa 16 (1,50 mm). 2 (duas) com dobras duplas em toda extensão das extremidades verticais e reforço interno soldado na extremidade frontal, com furação para fixação da dobradiça através de parafusos</p>	Unidade	60	880,00

	<p>autoatarrachante. 1 (um) fundo, 1 (um) chapéu fechado em uma única peça, com dobras duplas nos quatro lados. 2 (dois) reforços de esquadro, um na parte frontal superior e outro na parte frontal inferior, dobrados em formato U, confeccionados em chapa de aço 16 (1,50 mm). Com 4 (quatro) prateleiras planas com dobra dupla na extremidade frontal, 2 (duas) portas com 2 (dois) reforços verticais soldados, um central e outro na extremidade posterior, com furações para fixação da dobradiça por meio de parafusos autoatarrachantes. Portas com batentes de borracha. Porta direita com puxador recortado em formato oblongo (não saliente). Cada porta com duas dobradiças para móveis; porta direita com fechadura com fechamento triplo. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca: GGL Modelo A-402 especial.</p> <p>Empresa vencedora: GGL INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO LTDA – EPP.</p>			
3	<p>Armário Duplo com 08 (oito) portas - Altura: 1,85 m, Largura: 60 cm, Profundidade: 45 cm (admitindo-se o percentual de 5% para mais ou para menos); confeccionado em chapa de aço galvanizado, com tratamento químico das chapas através do sistema antiferruginoso e fosfatizante e pintura eletrostática a pó com camada mínima de 90 micras. Com 2 (duas) laterais e uma divisória vertical central, um fundo e dois tampos (superior e inferior) confeccionados em chapa de aço galvanizado nº 26 (0,50mm); 2 (dois) reforços internos (esquadro) confeccionados em aço 1,20 mm fixado às laterais; 1 (uma) divisória frontal central com espessura de 0,90 mm, base confeccionada em chapa de aço galvanizado nº 18 (1,25mm) e quatro pés reguláveis (sapatas) para correção de pequenos desníveis; com 8 (oito) compartimentos com porta; porta com 2 (duas) dobradiças internas e 2 (dois) batentes de borracha; 1 (uma) fechadura universal para móveis de aço com rotação de 90 graus, com 2 (duas) chaves cada; escudo acoplado na porta do armário, localizado em volta do tambor da fechadura, confeccionado em poliestireno de alto impacto; dobras enroladas sem arestas cortantes; Área de entrada de cada porta de no mínimo 39,5 x 24 cm, e área interna mínima de 41 x 30 x 42,5 cm. Com ventilação frontal. Montagem através de rebites. Cor cinza cristal no corpo e portas na cor azul. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca: Prisma.</p> <p>Empresa vencedora: MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA – ME.</p>	Unidade	20	720,00
4	<p>Claviculário confeccionado em chapa de aço nº 20, com tratamento químico protetivo antiferruginoso, pintura eletrostática, cor cinza, com chave de segurança, dimensões aproximadas 250mm x 83mm x 182mm (admitindo-se o percentual de 5% para mais ou para menos), capacidade de 48 chaves, cartelas para enumeração das chaves. Deverá ser fornecido junto com o claviculário 48 (quarenta e oito) chaveiros (tags) cores variadas. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca: Não registrado</p>	Unidade	20	Não registrado

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 23 de abril de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 009/2019/49PJ/CGR

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002971-3 em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002971-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito da Sociedade Beneficente Barão do Rio Branco CNPJ 07.827.841/0001-16, especialmente no que diz respeito à utilização de veículos da entidade para atendimento de fins particulares, com destaque ao veículo adquirido com recursos oriundos do Convênio nº 19905/2012, celebrado entre o Governo do Estado e a entidade, bem como na destinação dada aos computadores adquiridos com recursos oriundos do Convênio nº 24852/2015, celebrado entre o Governo do Estado e a entidade.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº 03/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000624-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, nº 810, Jardim Primavera, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000624-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Câmara

Assunto: Apurar instalação irregular de rancho pesqueiro denominado "Rancho Câmara", localizado S 22°24'30.7" e W 054°35'54.4", às margens do Rio Dourados no Município de Fátima do Sul/MS.

Fátima do Sul-MS, 25 de abril de 2019.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 04/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000625-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, nº 810, Jardim Primavera, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000625-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Ilha do André.

Assunto: Apurar eventual instalação irregular de rancho pesqueiro denominado "ILHA DO ANDRÉ", localizado S 22°25'41.2" e W 054°39'04.8", às margens do Rio Dourados, no Município de Fátima do Sul/MS.

Fátima do Sul-MS, 25 de abril de 2019.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça em Substituição Legal

MIRANDA**EDITAL Nº 003/2019/PJ/MRD****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 2ª Promotoria de Justiça de Miranda faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n.03/2019, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, nos termos do artigo 12 da Resolução nº25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018. Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça até o dia 03/05/2019.

Miranda, 25 de abril de 2019.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 03/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- 2ª Promotoria de Justiça de Miranda	Órgão / Setor- 2ª Promotoria de Justiça de Miranda		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe e Subclasse: 000.002-Correspondências Expedidas; 000.003-Correspondências Recebidas; 000.007- Convites e malas diretas; 000.008-Relatório de atividades-mensal; 000.011-Certidões expedidas; 200.004-Termos/oitivas de declarações; 200.005-Control de carga de inquéritos; 200.007-Notificações; 200.009-Cartas precatórias; 200.013- Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.); 200.015-Comunicações de flagrante (cópia); 200.017-Termos de ajustamento de conduta; 200.038-Recomendações; 200.044-Apuração de ato infracional (promoção, arquivamento e homologação de remissão); 200.080- Relatórios de remessa de documentos.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2003	Exercício 2012
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Patrícia da Silva Pereira, Técnico I MPMS Data do preenchimento: 25 de abril de 2019.			

EDITAL Nº 005/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000677-9

Representante: Polícia Militar Ambiental

Investigado: Chácara Amarabel

Assunto: Apurar os danos ocasionados ao meio ambiente pelo funcionamento e operação do estabelecimento potencialmente poluidor denominado “Chácara Amarabel”, situada no município de Bodoquena, sem a licença do órgão ambiental competente.

Miranda/MS, 25 de abril de 2019.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 006/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000678-0

Representante: Polícia Militar Ambiental

Investigado: Chácara Rancho Branco

Assunto: Apurar os danos ocasionados ao meio ambiente pelo funcionamento e operação do estabelecimento potencialmente poluidor denominado “Fazenda Rancho Branco”, situada no município de Bodoquena, sem a licença do órgão ambiental competente.

Miranda/MS, 25 de abril de 2019.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça